

WASHINGTON NOVAES  
**Mais do mesmo?**

**O** panorama de contingências que cercam o governo federal parece sufocante: discussões sobre reforma previdenciária e reforma tributária, com todas as partes envolvidas defendendo a ferro e fogo receitas (e até aumento delas); política financeira sob artilharia pesada, em



**Sufoco parece encaminhar o governo para antigos projetos – sem discutir seus custos**

função de taxas de juros e compromissos de superávit fiscal que inibem tudo (ou quase), para viabilizar o balanço de pagamentos e a confiança de credores/investidores externos; tarifas públicas ameaçando (em função dos contratos de privatização) explodir o controle da inflação e a paciência dos consumidores; queda da atividade industrial; conflitos em torno da reforma agrária; desemprego crescente.

Seria cansativo enumerar tudo, e nem é preciso. Mas deve estar aí, no “sufoco”, a razão de não se vislumbrar no horizonte nenhum projeto alternativo, ainda que destinado ao médio e ao longo prazos. Na falta dele, o País parece de novo caminhar em direção a mais uma tentativa de “retomada do desenvolvimento” a qualquer preço e fundada principalmente em aumento de exportações – esquecendo as conseqüências que o modelo teve nas últimas décadas: concentração brutal da renda, em termos regionais, setoriais e de grupos da sociedade; desemprego; desequilíbrio nas contas externas; predação ambiental.

Depositar todas as esperanças ou a maior parte delas apenas em maior inserção internacional, num momento de recessão ou algo próximo no Japão, na Europa e nos Estados Unidos, não parece boa estratégia. Principalmente se se lembrar que a idéia repousa principalmente em exportações de produtos primários

ou de pouco valor agregado, que em geral têm apresentado tendência histórica de queda de preços. E que essa agregação de valor hoje é feita quase toda pelos países industrializados, que importam os produtos in natura e os transformam, antes de reexportar (caso do café solúvel, entre muitos). Ainda deixando aqui, sem remuneração, os custos ambientais e sociais, quando não financeiros (caso dos eletrointensivos). E mantendo altos subsídios em tudo o que lhes seja conveniente.

A angústia de encontrar saídas no curto prazo parece estar encaminhando a administração federal para antigos e conhecidos projetos – sem discutir os seus custos. Já há, no governo federal, quem deposite muitas esperanças no avanço da fronteira agropecuária em direção à Amazônia, até para criar um novo “green belt” de produção de grãos exportáveis via Pacífico ou pela hidrovía do Madeira. Ou em implantar a hidrovía do Araguaia-Tocantins, também para expandir a produção de soja exportável. Ou ainda a fazer vista grossa ao desmatamento favorecido pela rodovia Cuiabá-Santarém, desde que se exporte mais soja (um decreto presidencial chegou a ser republicado há poucos dias para excluir a área de influência da rodovia das que terão um monitoramento especial para evitar desmatamento).

Provavelmente pelas mesmas razões, não consegue o governo chegar a uma definição para o problema dos transgênicos. Pressionado por alguns ministros, legalizou a comercialização interna da produção clandestina de soja transgênica do País, passando por cima da opinião do Ministério do Meio Ambiente, de uma sentença judicial, de resoluções do

Conselho Nacional do Meio Ambiente e de princípios incluídos em convenções internacionais que homologamos. E agora não consegue nem implantar a certificação que exigiu para esse produto, muito menos fazer crer aos produtores gaúchos de transgênicos que não poderão plantá-los de novo na próxima safra.

A estratégia amazônica parece gravemente ameaçada também pelo modelo energético que se esboça. Embora o País esteja consumindo hoje (Estado, 8/7), em média, metade da capacidade instalada (40 mil dos 84 mil MW), com pico de 54 mil MW), insiste-se em que, se não houver fortíssimo e imediato investimento em novas hidrelétricas, correremos o risco de colapso em 2007 (e, ainda assim, se o País crescer 5,5% ao ano...). Por isso, seria necessária a liberação da mais que problemática usina de Belo Monte, no Rio Xingu, e das hidrelétricas do Rio Madeira. Talvez as do Araguaia.

Pouco ou nada se ouve sobre novos formatos para a Amazônia. Não está em pauta – pelo menos não está no noticiário – colocar ênfase em desenvolvimento

científico na região, que hoje recebe apenas 1% dos recursos destinados à ciência no País, embora sua biodiversidade seja nossa grande possibilidade.

Para complicar ainda mais, o próprio presidente da República afirma que “em nome do discurso da preservação se deixou de mandar para cá (Amazônia) investimentos (...) A Amazônia não pode ser tratada como uma coisa do outro mundo, intocável, onde as pessoas não têm direitos aos benefícios”. Como se os pesados investimentos na região não se houvessem destinado durante décadas a projetos exportadores de minérios e eletrointensivos, sem maior preocupação com o bioma. Como se não houvessem prevalecido ali durante anos incentivos fiscais para a produção de gusa exportável com carvão de florestas abatidas. Como se os incentivos fiscais da Sudam não houvessem sido criminosamente desviados. Como se não houvesse clara convivência política com a extração ilegal de mais de 80% da madeira. Como se o garimpo, as migrações para a Amazônia e o inchaço das periferias urbanas não fossem um substituto para a ausência de políticas nacionais de emprego e redistribuição regional da renda.

Cometida a impropriedade, tem agora a ministra do Meio Ambiente de correr atrás do prejuízo, garantir que todos os projetos exigirão também a conservação da floresta. Mas fica difícil. Remediado esse front, explode outro: promete-se de novo a transposição de águas no Nordeste – esquecendo os estudos que mostram que em quase nada ela beneficiaria os 17 milhões de nordestinos que sofrem com a seca; favoreceria quase só os megaprojetos de exportação de frutas e semelhantes.

Ainda haverá tempo, se não para uma reversão, para alguma pausa que coloque sobre a mesa outras alternativas?

